

Câmara Municipal de Porto Alegre

**PROC. Nº 3490/11
PLE Nº 040/11**

COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS, ORÇAMENTO E DO MERCOSUL

PARECER Nº 001/12 – CEFOR AO VETO PARCIAL

**Estima a receita e fixa a despesa do
Município de Porto Alegre para o
exercício econômico-financeiro de 2012.**

Vem a esta Comissão, para parecer, o Veto Parcial ao Projeto em epígrafe.

O Veto diz respeito especificamente à Emenda nº 01, com minuciosa justificativa.

Analisadas as razões do veto do Executivo, chegamos à conclusão de que, de fato e de direito, é cabível, conforme a seguir justificamos.

A Emenda vetada, de origem popular e assinada pela Associação de Moradores Jardim Ipiranga e outras entidades, pretende destinar verba para a aquisição ou a destinação de um terreno, na área de abrangência da Unidade de Saúde Conceição, para construção da sua sede.

Simplificando, os autores da Emenda têm como objetivo uma de duas alternativas:

1. aquisição de um terreno para construção de uma sede para a US; ou
2. destinação de um próprio municipal para a mesma finalidade.

A Emenda foi, no nosso entendimento, mal formulada, pois a verba pretendida só pode prestar-se para realizar a primeira alternativa, qual seja a de comprar um terreno, para futura construção de uma sede para a US.

Já a destinação de um próprio municipal, com a mesma finalidade, não depende de destinação orçamentária, mas sim de outras medidas de caráter legal que a viabilizem.



**PARECER Nº 001/12 – CEFOR
AO VETO PARCIAL**

Por descuido na discussão, ou por mau entendimento dos termos da Emenda, ela foi aprovada pelo Plenário, dando origem ao correto Veto do senhor Prefeito Municipal.

Primeiro, quanto à aquisição de terreno para construção de sede da US, o veto se impõe, em razão de o pleito contrariar o disposto na alínea *b* do art. 33, da Lei nº 4320, de 17 de março de 1964:

Art. 33. Não se admitirão emendas ao projeto de Lei de Orçamento que visem a:
(...)

b) conceder dotação para o início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes.

No que tange à destinação de um próprio municipal para construção de sede da US, também isso impõe o Veto do Prefeito, já que não se trata de despesa orçamentária, mas sim de uma operação extraorçamentária, que apenas altera o Ativo Permanente, sem alterar o Ativo Financeiro.

Além disso, a Constituição Federal, em seu artigo 165, § 8º, impede que a lei orçamentária anual contenha dispositivos estranhos à previsão da receita e à fixação da despesa.

Somos, assim, pela **manutenção** do Veto Parcial à Emenda nº 01.

Sala de Reuniões, 9 de fevereiro de 2012.


**Vereador João Carlos Nedel,
Relator.**



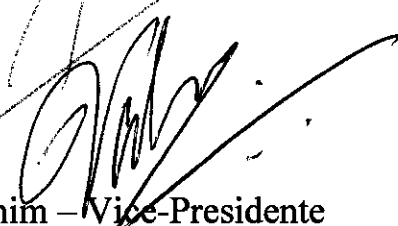
**Câmara Municipal
de Porto
Alegre**

**PROC. Nº 3490/11
PLE Nº 040/11
Fl. 3**

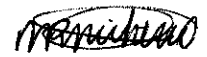
**PARECER Nº 008/L/12 – CEFOR
AO VETO PARCIAL**

Aprovado pela Comissão em 08/02/12


Vereador João Antonio Dib - Presidente


Idenir Cecchim – Vice-Presidente


Vereador Airto Ferronato


Vereador Mauro Pinheiro
CONTRA